

SERVIÇO SOCIAL E DISSIDÊNCIAS EM SEXUALIDADE E GÊNERO: O ESTADO DA ARTE NA LITERATURA PROFISSIONAL¹

Marco José de Oliveira Duarte²
Marina Paschoalim Amorim³

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar as produções científicas sobre as dissidências em sexualidade e gênero na área do Serviço Social. Toma-se o levantamento bibliográfico, a partir do banco de dados dos 21 periódicos da área. Elege-se como questão norteadora, o que o Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre as dissidências em sexualidade e gênero. Dos 100 artigos levantados, de 2010 a 2023, restou-nos, para a análise, com os critérios de inclusão e exclusão, o total de 59 artigos. Deduz-se que, nesse estado da arte, apesar dos dados coletados serem significativos, ainda há uma lacuna e lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema, com a frequência de em média 3 artigos por ano. A problematização teórica sobre a questão é invisibilizada e secundarizada no campo acadêmico, apesar do debate amadurecido e do seu acervo que se faz presente. Isso ainda acontece porque a temática ainda pouco se pauta nos espaços de formação, como pelas pesquisas e dos poucos grupos de pesquisas. A partir da análise de conteúdo, identifica duas tendências, uma se apresenta pelas produções mais amplas sobre o campo da diversidade sexual e de gênero, identificado como políticas públicas e direitos humanos de LGBTQIAPN+ e uma outra quando os artigos privilegiam determinadas temáticas, como o trabalho profissional; saúde LGBT e processo transexualizador; casamento e família homoafetivas; o espaço da escola

1 Artigo resultado de projeto de pesquisa, com bolsas financiadas pelo CNPq.

2 Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-Doutorando em Psicologia Social na UERJ. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. Bolsista Produtividade/Pesquisador do CNPq, marco.duarte@ufjf.br

3 Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Bolsista PIBIC/CNPq e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da UFJF. marina.paschoalim@estudante.ufjf.br

e as violências LGBTQIAPNfóbicas. Conclui-se que esse campo de estudos no Serviço Social precisa se afirmar nos espaços acadêmicos e publicitar seus debates e produções.

Palavras-chave: Serviço Social, Dissidências, Sexualidade, Gênero, Revisão integrativa.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social ao lidar, tanto na formação como no trabalho profissional, com a diversidade ontológica da classe trabalhadora precisa ampliar o seu acervo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, criando espaços e alianças no cotidiano do trabalho acadêmico e institucional, ao se situar como área de conhecimento e profissão, para atender e contemplar as demandas e bandeiras de sujeitos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexo, assexuais e mais (LGBTQIA+). Assim, entende-se a população LGBTQIA+ como um dos sujeitos coletivos desta diversidade humana e que está presente em todos os espaços sócio-ocupacional de trabalho de assistentes sociais. É neste sentido, portanto, que se coloca, no centro da análise, a importância das produções da área de conhecimento da categoria profissional do Serviço Social, particularmente, ao abordar sobre as existências e demandas dos sujeitos das dissidências em sexualidade e gênero.

Destaca-se que o fundamento ético-político da categoria profissional de assistentes sociais baseando-se no Código de Ética da/o Assistente Social, de 1993 (BRASIL, 2012), reconhece a existência da população LGBTQIA+. Portanto, por conta deste fundamento legal, um conjunto de Resoluções deliberadas do conjunto CFESS/CRESS (Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social), como as de números 489/2006, 594/2011, 615/2011, 785/2016 e 845/2018 (COSTA; DUARTE, 2023) foram estabelecidas para orientar o exercício profissional da categoria quanto a questão da diversidade sexual e de gênero.

Contudo, mesmo com o Código afirmar sobre a importância e a realidade desta população usuária, o tema da diversidade sexual é pouco debatido na categoria profissional, fazendo com que assistentes sociais não sintam preparados/as para lidar com as demandas desta população e, conseqüentemente, para a garantia de seus direitos, principalmente, no contexto neoliberal desta fase do capitalismo, particularmente, no Brasil, em que diversas políticas públicas voltadas para esse público foram dizimadas.

Cabe registrar que no âmbito da formação e da pesquisa, emerge, em dezembro de 2010, no âmbito do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Rio de Janeiro-RJ, o Grupo Temático de Pesquisa (GTP), Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que aglutina uma rede de pesquisadores/as sobre estes temas, a partir de suas

ênfases específicas, como o registro da obrigatoriedade de uma disciplina que contemple o referido debate.

É neste sentido que o estudo realizado tem por objetivos, a) buscar mapear as produções científicas do Serviço Social que tematizam sobre a diversidade sexual com foco nos sujeitos LGBTI+; b) Analisar as compreensões teóricas e conceituais presentes nas narrativas e gramáticas científicas sobre o tema da diversidade sexual na área de Serviço Social; e c) Compreender as percepções epistemológicas com relação às identidades e expressões de gênero e sexualidades dissidentes nas produções científicas do Serviço Social.

METODOLOGIA

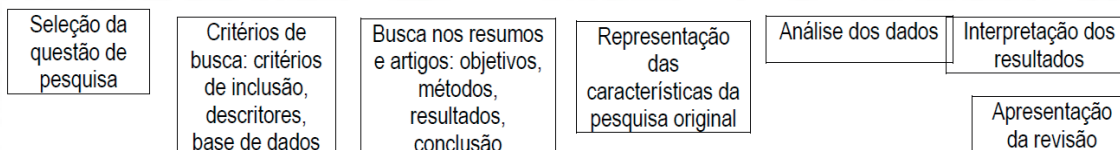
A pesquisa analisou artigos publicados em periódicos da área de Serviço Social, entre 2020 a 2023, a respeito do tema da diversidade sexual e de gênero e das políticas públicas voltadas a população LGBTQIA+. Metodologicamente, tomou-se o mapeamento e o levantamento bibliográficos a partir do banco de dados das 22 (vinte e dois) revistas da área, sendo elas: Argumentum; Em Pauta; Katálysis; Libertas; O Social em Questão; Oikos; Praia Vermelha; Revista Direitos, Trabalhos e Política Social; Emancipação; Gênero; Ser Social; Serviço Social e Sociedade; Serviço Social em Debate; Serviço Social em Perspectiva; Serviço Social em Revista. Sociedade em Debate; Textos e Contextos; Revista de Políticas Públicas, Temporalis; Serviço Social e Saúde; e Moitará.

Devido às adversidades ocorridas no meio desta pesquisa, que teve seu início oficial no segundo semestre de 2022, demos continuidade a pesquisa anterior que tomou as produções entre 2010 e 2020 (DUARTE; FERNANDES, 2023), atualizando a avaliação do Qualis periódicos da CAPES para o quadriênio 2017-2020, que só foi publicado no final de 2022 pela Plataforma Sucupira da CAPES. De qualquer modo, manteve-se os mesmos critérios de inclusão de artigos, utilizando de autoras/es brasileiras/os que possuem alguma vinculação acadêmica com o Serviço Social, tendo em vista que os periódicos publicam artigos independentes da área de formação em Serviço Social das/os autoras/es. Utilizamos artigos publicados até o ano de 2022, uma vez que nem todas as revistas publicaram no período da pesquisa, que se encerrou no primeiro semestre de 2023, como incorporamos artigos de 2020 que não foram contemplados pela pesquisa anterior a essa, pelo mesmo motivo acima.

Manteve-se, portanto, a técnica da revisão integrativa de literatura (JACKSON, 1980; SOUZA et al., 2010) e a pergunta norteadora, que consiste no que o Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre diversidade sexual,

tomando como foco as políticas públicas e direitos humanos de LGBTQI+. Para melhor compreensão da metodologia, reproduzimos, abaixo a Figura 1, sobre as etapas desta investigação.

Figura 1 – Etapas da Revisão Integrativa



Fonte: Sistematização dos autores

Quanto a análise, tratamento e interpretação dos dados e apresentação dos resultados desta revisão propriamente dita, mantivemos o método de análise de conteúdo (BARDIN, 2013), usando como recurso o *software Atlas.ti*, com o objetivo de organizar o material e propiciar a análise temática dos artigos, tomando algumas categorias de discussão.

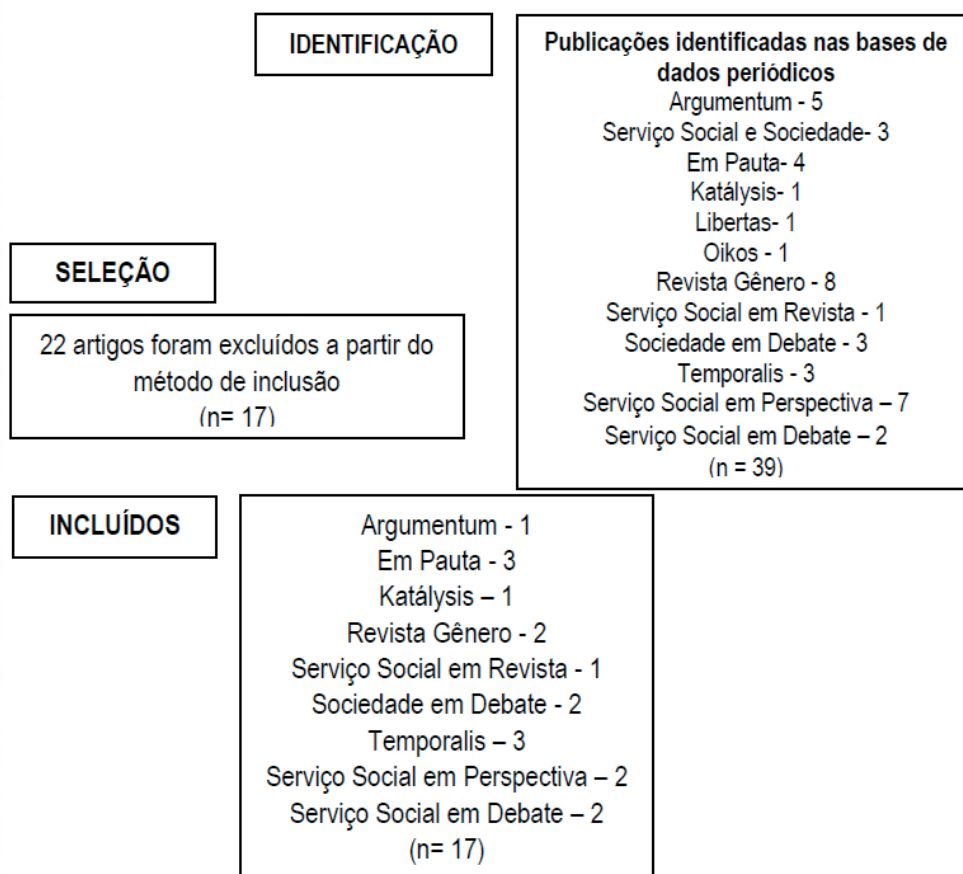
Nosso ponto de partida, contudo, baseia-se em Duarte (2014), como paradigma histórico e analítico, para se pensar o debate sobre a diversidade sexual no Serviço Social brasileiro. Apesar da gênese emergir nos anos 1980, este início é marcado com os primeiros artigos sobre sexualidade, porém apenas focando em HIV e Aids, tendo em vista que nessa época a pandemia do vírus do HIV se espalhou entre a população LGBT, na qual faleceram milhares de pessoas. A referência, contudo, é marcada pelo ano de 1986, no Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS), que surge as primeiras discussões sobre o assunto. Porém, apenas nos anos 2000 é que os debates a respeito de direitos de LGBT passaram a se ver mais presentes na sociedade civil, com movimentos sociais ganhando espaço na reivindicação e nas ações por políticas públicas.

O Serviço Social, assim, toma este debate inicial, marcado por um lado, pelo movimento social, seja estudantil ou mesmo homossexual, em um contexto de final da Ditadura Militar e por outro, por esta área de conhecimento e profissão se encontrar em fase de renovação, no amadurecimento do movimento de reconceitualização, se desvencilhando das características conservadoras na qual a profissão apresentava desde sua gênese. Assim, via-se necessário abrir e impulsionar o debate para que o trabalho e a formação profissional abrangessem o movimento de resistência das dissidências em sexualidade, uma vez que o preconceito e a violência sofridas por esses sujeitos são expressões estruturais da sociedade capitalista e cisheteronormativa.

Desta forma, a/o assistente social ao lidar com diferentes usuárias/os, que são determinados econômica e socialmente, pelo modo de exploração do capital, estes sujeitos apresentam marcadores sociais de diferença na opressão e dominação, como gênero, sexualidade, raça/etnia e território. Assim, o que se opera é uma devolução às análises de classe na dimensão do sujeito, em suas particularidades e singularidades, afirmando, por um lado, a importância de politizar o espaço privado na esfera pública e, por outro, de afirmar a democracia como valor universal (DUARTE, 2014), na perspectiva de garantir direitos de cidadania para sujeitos considerados abjetos pela lógica da moral burguesa e cristã que moldura a formação social brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 2 - Procedimentos Metodológicos



Dos 39 artigos achados nos 21 periódicos da área, restou-nos 17, pelos critérios de inclusão, sendo que 4 artigos são de 2020, 10 artigos de 2021 e 3 artigos de 2022.

A área de Serviço Social tem, avaliadas pela CAPES, no último quadriênio (2017-2020), as 21 revistas já citadas neste trabalho e todas atualmente encontram-se classificadas no estrato A, sendo 7 como A1, 8 como A2, 3 como A3 e 3 como A4. Há outras revistas que não foram avaliadas por estarem fora dos critérios da CAPES, como a Serviço Social & Realidade; Resistência Litoral e a Goitacá. Destaque que 14 revistas estão vinculadas academicamente aos seus respectivos programas de pós-graduação da área de Serviço Social (com mestrado e doutorado), dos 36 existentes.

Dentre os periódicos que apresentam artigos que tratam da diversidade sexual e de gênero, encontramos, no período de 2020 a 2022, assim distribuídos: 1 na Argumentum (A1), 3 na Em Pauta (A1), 1 na Katálysis (A1), 2 na Revista Gênero (A2), 1 na Serviço Social em Revista (A2), 2 na Sociedade em Debate (A2), 3 na Temporalis (A2), 2 na Serviço Social em Perspectiva (A3), 2 na Serviço Social em Debate (A4). Sendo assim, dos 21 periódicos do Serviço Social, 9 abrangeram o tema.

Tabela 1: Quadro sinóptico de caracterização dos artigos analisados sobre diversidade sexual (2020-2022)

Nº	TÍTULO	TEMA	AUTORES	PERIÓDICO	ANO
1	LGBTQI+*, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena	LGBTQI+	DUARTE, Marco OLIVEIRA, Dandara	Em Pauta	2021
2	Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans	Transexualidade	LACERDA, Milena ALMEIDA, Guilherme	Em Pauta	2021
3	Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação	Transexualidade	MARINHO, Silvana	Em Pauta	2021
4	Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas	Transexualidade	MARINHO, Silvana	Argumentum	2020
5	Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico	Trans-Travestis	VERONEZE, Renato	Katálysis	2022
6	Violência e Transfobia: vivências de travestis que exercem a prostituição - Campina Grande-PB	Travestis	SANTIAGO, Idalina; BRAZ, Ednaldo NASCIMENTO, Josilene	Revista Gênero	2021
7	A intervenção pedagógica do Serviço Social e os estudos em gênero e sexualidade	Sexualidade e Gênero	SOUZA, Luiz Henrique	Revista Gênero	2022

Nº	TÍTULO	TEMA	AUTORES	PERIÓDICO	ANO
8	“Hoje Eu Quero Voltar Sozinho”: A Homossexualidade na Adoles- cência em Cena.	Homossexuali- dade	JÚNIOR, Paulo	Serviço Social em Debate	2020
9	Agenda antigênero e a mobiliza- ção de políticas para infância na era bolsonarista	Gênero	OLIVEIRA, Mariana	Serviço Social em Debate	2022
10	A Ética do Serviço Social e o preconceito contra a diversidade sexual em contexto neoliberal e neoconservador	Sexualidade	SANTOS, Marco	Serviço Social em Perspectiva	2020
11	A atuação do Serviço Social no processo de trabalho na saúde e o processo transexualizador no SUS	Transexualidade	RICARDO, Kellyane	Serviço Social em Perspectiva	2020
12	A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória	LGBT	IRINEU, Bruna	Serviço Social em Revista	2021
13	Religiosidades e diversidade sexual no Serviço Social	Sexualidade	LOURENÇO, João Paulo SILVA, Claudia	Sociedade em Debate	2021
14	Corpo, Gênero e Cidade: desloca- mentos micropolíticos	Gênero	RIBEIRO, Cristine; MORAES, Camila; ARAÚJO, Carla BAR- BOSA, Pablo	Sociedade em Debate	2021
15	Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades	Sexualidade e Gênero	EURICO, Márcia; ALMEIDA, Janaiky; DINIZ, Maria; DUARTE, Marco; SILVA, Ana; MACHADO, Loiva; PASSOS, Rachel; SILVA, Roberta MARTINS, Tereza	Temporalis	2021
16	Atuação do Serviço Social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico	LGBT	DANTAS, Michel; SOUZA, Luana PINHEIRO, Samya	Temporalis	2021
17	Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado	Gênero	JULIÃO, Helena DUTRA, Nayara	Temporalis	2021

Fonte: Sistematização dos autores

Dentre os artigos incluídos, destacamos as 5 (cinco) revistas que organiza-ram dossiês temáticos⁴, como Em Pauta, Argumentum, Katálysis, Temporalis e Serviço Social em Perspectiva.

⁴ Registra-se que em 2023, ano que não foi contemplado na pesquisa, as revistas Serviço Social & Sociedade (v. 146, n. 2, com temática sobre “Ética, direitos humanos e diversidade” e o v. 146, n. 1, sobre “Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial”) e

Tabela 2: Quadro dos dossiês temáticos dos periódicos

TÍTULO	REVISTA	EDIÇÃO	ANO
Movimento de mulheres, feminismos e estudos de gênero	Em Pauta	n. 47	2021
Crise, pandemia, trabalho e política pública	Em Pauta	n. 48	2021
Questão social, violência e segurança pública: desafios e dilemas do tempo presente?	Argumentum	v. 12 n.3	2020
Serviço Social, racismo e classes sociais	Katálysis	v. 25 n. 2	2022
Crise capitalista, questão social no Brasil e diretrizes curriculares da ABEPSS	Temporalis	v. 21 n. 42	2021
Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social	Temporalis	v.21 n.41	2021
As diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social	Temporalis	v.21 n. 40	2021
Serviço Social, ética e direitos humanos	Serviço Social em Perspectiva	v. 2 n.3	2020
Serviço Social e capitalismo: relações de poder e opressão	Serviço Social em Perspectiva	v. 3 n. 1	2020

Fonte: Sistematização dos autores

Adicionando esses novos artigos, incluídos com a pesquisa que abordou 2010 até o primeiro semestre de 2020, que teve 42 artigos, tem-se um total de 59 artigos do ano de 2010 até 2022, nos periódicos do Serviço Social, a respeito da diversidade sexual. Ademais, soma-se um outro artigo que a última pesquisa não contemplou, pelo motivo de publicação de uma das 21 revistas se dar ao final do processo de coleta de dados. Sendo assim, temos um total de 60 artigos das duas pesquisas juntas. Portanto, ao tomarmos a atualização do Qualis periódicos da CAPES e o tema da diversidade sexual, tem-se 6 revistas que tratam do tema das 7 no estrato A1, 6 das 8 revistas na A2, 1 das 3 na A3 e 1 das 3 na A4.

Nota-se, também, o aumento de artigos escritos em 3 anos, no qual de 2020 a 2022 têm-se 17 artigos (considerando que não estamos utilizando todos os achados de 2020, uma vez que estavam presentes na pesquisa anterior), enquanto na pesquisa anterior o maior número de artigos utilizados num espaço de 3 anos foram 16 artigos e, mesmo não utilizando dos artigos de 2023, já foram encontrados 6 artigos sobre o tema. Em comparação, a primeira pesquisa apresentou no

Argumentum (v. 15, n. 1, com temática sobre “Sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos em tempos de avanço conservador”), apesar das temáticas de seus dossiês, só houveram dois artigos com foco na dissidência sexual, na primeira revista, justamente onde o tema da sexualidade ou da diversidade é ausente, mas foi a primeira vez que o aborto, na segunda revista, foi tratado como temática no campo dos estudos da sexualidade.

ano de 2018 o maior número de artigos publicados e na segunda, o ano de 2021 foi o com o maior número de publicações, sendo encontrados 8 em 2018 e 10 em 2021.

Em relação aos temas específicos, achados nos artigos, o mais discutido foi a respeito das relações de trabalho que se precarizaram, principalmente, para as pessoas LGBTQI+, no contexto da pandemia e da ofensiva neoliberal no país, alegando em como o Serviço Social pode atuar em políticas públicas para que a diversidade sexual e de gênero seja respeitada. Destaque que houveram temas que trataram sobre a homossexualidade e transexualidade na adolescência e no ambiente acadêmico, além de discussões sobre religiosidade entre os estudantes LGBTQI+ no ensino superior público.

A pesquisa apontou que os temas dos artigos, em grande parte, tratam especificamente de questões que envolvem a classe trabalhadora, como o contexto pandêmico, da crítica aos governos anteriores, Temer e Bolsonaro e o ultraneoliberalismo. Desta forma, os artigos que trataram do neoliberalismo e de como a população LGBT perdeu os poucos direitos que tinha conquistado nos últimos anos, o ano de 2021 foi identificado como o que mais artigos teve, dentre os analisados. Destaca-se também que foram os artigos do referido ano que, em sua maioria, apresentaram temas a respeito do Serviço Social, variando entre intervenções e análises sobre o ambiente acadêmico do curso em relação à estudantes LGBTs e religião.

Ressalta-se que neste mesmo ano, o mundo encontrava-se em um contexto duro da pandemia da COVID-19, completado seu primeiro ano, e, conseqüentemente, tínhamos um certo acervo sobre determinados dados e análises das vulnerabilidades apresentadas pelas pessoas LGBTQIA+ (DUARTE, 2020), seja no trabalho, ou mesmo em casa, quando tiveram que ficar em quarentena com familiares, submetendo aos vários tipos de violência, como física e psicológica (NASCIMENTO; DUARTE, 2022), além do contexto de precarização das vidas pelos desmandos do governo Bolsonaro (DUARTE; OLIVEIRA, 2021).

É nesse sentido que a pandemia da Covid-19, para as vidas LGBTQI+, vem aprofundar os enquadramentos, inclusive os identitários, no sentido do controle social, e não do reconhecimento ontológico da diferença, para que o Estado possa exercer o poder de quem deve viver e quem deve morrer (DUARTE; OLIVEIRA, 2021, p. 159).

As relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, com as características coloniais do Brasil, foi outro tema tratado pelos artigos analisados, particularmente, com destaque para as pessoas LGBTQIA+ no mercado de trabalho,

mas, mais especificamente, para as mulheres que não seguem o padrão heterossexual e cisnormativo da sociedade e que sofrem, como se diz popularmente, dos efeitos do “caça às bruxas”, como as travestis e mulheres transexuais.

Com isso, foi evidenciado que com o avanço ultraneoliberal desses anos as expressões da questão social se agravaram, em que a agenda anti-LGBTQIA+ e antigênero foram postas com a intenção de apagamento dos direitos humanos e das políticas públicas voltadas para essa população, precarizando as vidas e propagando a necropolítica (DUARTE, 2023). E, como o Brasil possui uma grande representação conservadora que aumentou ainda mais na pandemia, além de haver um descaso com a saúde pública, os que mais sofreram com isso foi a classe trabalhadora, porém não uma classe trabalhadora sem raça, gênero ou sexualidade, e sim a classe trabalhadora negra, LGBTQIA+.

Outros temas analisados foram os da religião e dos direitos da criança e do adolescente que também são destaques, tendo em vista que, no governo Bolsonaro, agentes religiosos participaram ativamente ao lado do presidente com o discurso da proteção à “família”, na perspectiva do modelo de família cis-heteronormativa. Dessa forma, esse discurso se articula à visão do ultraneoliberalismo numa falsa proteção à criança e ao adolescente e legitimar e continuar a necropolítica, sem o apoio familiar e a falta de políticas públicas. Pessoas LGBT, principalmente, travestis e mulheres transexuais, sofrem com os diversos tipos de violência, são excluídas da escola, da família e muitas se sujeitam a prostituição de forma compulsória, tendo uma expectativa de vida de 35 anos, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (BENEVIDES, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua maioria, os artigos encontrados e analisados expressam a realidade nua e dura de LGBTQIA+ no contexto do governo Bolsonaro, ao compararmos com os governos do partido dos trabalhadores (PT), nos quais tiveram avanços significativos de direitos, porém, após o golpe e o avanço ultraneoliberal no país, esses direitos foram se perdendo gradualmente, apesar da maioria destes seja concedido pelo poder jurídico do Estado brasileiro.

Para Gramsci, em sua análise do Estado ampliado, a sociedade civil expressa a cultura, a ideologia e a política, sendo assim, um espaço de conflito, que nessas disputas entre projetos de sociedade, o Estado pode ser tencionado ou não por movimentos sociais, dependendo da conjuntura e das relações de poder. Portanto, nota-se que os meios democráticos da sociedade civil, como as diferentes mídias ou os espaços políticos, propagam a ideologia capitalista para que ocorra

um consenso entre a classe trabalhadora, no sentido de que a exploração permaneça. Nesta perspectiva, existem os preconceitos e as violências que são postos todos os dias na vida dos sujeitos, para que estes mesmos propaguem sem o respeito às subjetividades.

No campo da formação e do trabalho profissional do Serviço Social, torna-se extremamente necessário o estudo, a elaboração e a análise de políticas públicas e dos direitos humanos à população LGBTQIA+, ainda mais após esse período de retirada de direitos e de sucateamento das políticas.

Assim, tendo em vista a luta das/dos trabalhadoras, o projeto ético-político da categoria de assistentes sociais tem operado nas expressões estruturais da questão social e, como já dito anteriormente, as demandas de LGBTQIA+ não só poderá aparecer como poderá ser garantido, seja em qualquer área e espaço institucional que o/a profissional estiver inserido/a.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2013.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, G. M.; DUARTE, M. J. O. Diversidade sexual e Serviço Social: questões para o trabalho e a formação profissional. *In*: DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. C. L. (org.). **Raça, gênero & sexualidade**: perspectivas contemporâneas no Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023.

DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte. *In*: DUARTE, M. J. O. et al. (org.). **Sexualidades & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais e de gênero e a luta contra a LGBTIfobia: (in)visibilidades e resistências. ALMEIDA, M. da S.; FÉRRIZ, A. F. P. (org.) **Trabalho, questão social e diversidade humana**: temas contemporâneos. Salvador: EDUFBA, 2023.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, p. 153-168, jul./dez., 2021.

DUARTE, M. J. O. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. *In:* OLIVEIRA, A. D. de. (org.). **População LGBTQI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19.** Campinas: Saberes e Práticas; Papel Social, 2020.

JACKSON, G. B. Methods for integrative reviews. **Review of educational research fall**, v. 50, n. 3, p. 438-460, 1980.

NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J. O. Covid-19 e população LGBTQI+: os impactos da necropolítica aos corpos dissidentes. **REBEH** – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, Cuiabá, v. 5 n. 17, p. 68-83, jul./dez., 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einsten**, v. 1, n. 8, p. 102-106, 2010.